

Crivella quer lucro do BB em moradia popular

Marcelo Crivella sugeriu que o Banco do Brasil, que teve lucro de R\$ 8,8 bilhões no ano passado, injete volume maior de dinheiro na construção de habitações para a população de baixa renda. "Não estou aqui para fazer críticas ao Banco do Brasil, e sim para fazer um apelo. Vamos aplicar isso num grande programa de habitação", disse. 4

Estímulo à captação de órgãos em hospitais

Projeto de Osmar Dias em tramitação na Comissão de Assuntos Sociais determina que as instituições hospitalares com mais de 80 leitos, unidades de emergência ou de tratamento intensivo devem manter grupo de profissionais para identificar doadores. 2

Mão Santa aponta queda no repasse do FPM

Mão Santa disse que os prefeitos do país receberam na sexta-feira passada a má notícia de uma queda no valor da segunda parcela do repasse do Fundo de Participação dos Municípios. Ele insinuou que o governo elevou artificialmente a primeira parcela, no dia 10, para criar um clima favorável durante encontro de prefeitos em Brasília. 4

Comissões devem eleger seus presidentes no dia 3

As comissões permanentes do Senado devem definir seus presidentes no próximo dia 3, garantindo a retomada da normalidade nos trabalhos. Também está prevista para esse dia sessão deliberativa do Plenário. A pauta, de 60 itens, começa com o projeto que facilita crédito para empresas do ramo da construção civil visando manter esse mercado aquecido e contornar os efeitos da crise financeira internacional. 3



Moreira/Alciz

Pauta inclui duas propostas que acabam com o voto secreto em decisão sobre perda de mandato e uma que institui voto aberto em todas as deliberações do Congresso

Kátia Abreu quer criar escola de navegação

A Comissão de Educação (CE) analisará projeto de Kátia Abreu (DEM-TO) que autoriza o Executivo a criar uma escola técnica federal de navegação interior, vinculada ao Ministério da Educação, em Xambioá (TO).

De acordo com o PLS 123/08, a escola destina-se à formação de técnicos para o setor, tendo como objetivo primordial o desenvolvimento de estudos sobre a matriz de transporte de cargas, as regiões hidrográficas e o perfil dos usuários do sistema de navegação interior brasileiro.

Na justificativa do projeto, ao lembrar que o setor necessita de uma política pública ajustada e de um marco regulatório apropriado, a senadora argumenta que a navegação é importante para a expansão da fronteira para o oeste brasileiro. Segundo ela, é "inadmissível que um setor tão relevante para a economia nacional continue operando tal como nos séculos passados, sem uma política de Estado".

Kátia Abreu diz que caberá à nova escola técnica federal a tarefa de formar profissionais com conhecimento da matriz de transporte fluvial de cargas e da multimodalidade (uso de muitos meios de transporte), do funcionamento dos portos fluviais, do perfil dos usuários do sistema de navegação interior, bem como das questões ambientais e urbanísticas envolvidas.

A senadora informa, ao explicar a escolha da cidade de Xambioá para sediar a escola de navegação, que o município fica em região estratégica para a hidrovía Tocantins-Araguaia, uma das mais importantes do país.

A proposta tramita na CE, com voto favorável de Leomar Quintanilha (PMDB-TO).



Kátia Abreu explica que escola ficará numa das hidrovias mais importantes



Após vários anos de crescimento, os transplantes no país sofreram uma redução, segundo dados do SUS citados por Osmar Dias

Projeto estimula captação de órgãos em hospitais

Conforme proposta em exame na CAS, instituições com unidades de emergência ou de tratamento intensivo devem manter grupo de profissionais para identificar doadores

HOSPITAIS COM MAIS de 80 leitos ou que disponham de unidades de emergência e aqueles equipados com unidades de tratamento intensivo devem manter grupo de profissionais preparados para a captação e a doação de órgãos. A determinação está prevista em projeto que tramita na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e que teve sua votação adiada, no ano passado, a pedido do Ministério da Saúde, interessado em sugerir alterações ao texto.

A intenção do autor do projeto (PLS 347/07), senador Osmar Dias (PDT-PR), é fixar em lei obrigatoriedade já estabelecida por meio de ato do Ministério da Saúde. A Portaria 1.752, de 2005, determina a criação, em todos os hospitais – públicos, privados e filantrópicos – que tenham mais de 80 leitos, de comissão intra-hospitalar de

doação de órgãos e tecidos para transplantes.

Relator da matéria, Inácio Arruda (PCdoB-CE) havia apresentado voto favorável à aprovação. Depois da manifestação do Ministério da Saúde, ele decidiu analisar as sugestões encaminhadas pelo Executivo. Conforme a assessoria do senador, ideias que estão sendo colhidas junto a especialistas vão garantir o aperfeiçoamento do texto. A previsão é de que o relatório seja devolvido à CAS em março.

No texto original, a comissão de captação e doação de órgãos deve ser composta por profissionais do quadro da instituição. Uma de suas funções é identificar, entre os pacientes internados, possíveis doadores de órgãos. O colegiado fica encarregado de obter a autorização da família para a doação.

Multas

A comissão também deverá manter meios de comunicação permanente com as centrais de notificação, captação e distribuição de órgãos do estado em que a unidade hospitalar está localizada. A legislação referente à remoção de órgãos para transplante (Lei 9.434/97) prevê multas para hospitais que deixarem de notificar a disponibilidade de doações. Osmar Dias estende as multas ao hospital que descumprir a obrigação de criar a comissão.

De acordo com o senador, depois de vários anos de incremento dos transplantes no país, houve uma queda nos números do programa mantido pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Entre as causas, lembra Osmar Dias, está a insuficiente organização dos hospitais onde se encontram os potenciais doadores.

Vigilante de universidade pode receber adicional

Sérgio Zambiasi (PTB-RS) pretende instituir adicional por atividade de risco para vigilantes de instituições federais de ensino superior e de pesquisa científica e tecnológica. A matéria será examinada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) e, caso seja aprovada, seguirá para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) para ser votada em decisão terminativa. Na CE, o relator da matéria é o senador Romeu Tuma (PTB-SP).

Na justificativa da proposta (PLS 179/08), Zambiasi explica que a crescente violência enfrentada pelos vigilantes universitários, no exercício da atividade, é preocupante. Ele afirma que, apesar de serem encarregados de manter a segurança nos *campi* universitários, os vigilantes não podem efetuar detenção de infratores nem portar armas de fogo.

"Todavia, para os criminosos não há fronteiras. O ambiente universitário tem sido, cada vez mais, palco de atividades ilícitas", lamenta Zambiasi.

O senador sugere que o poder público atue também em outras frentes para combater o problema da violência nas universidades, melhorando a segurança pública, treinando adequadamente os profissionais envolvidos com a segurança dos *campi* universitários e incrementando as condições de trabalho dos vigilantes universitários.

"Não se pode mais fechar os olhos para o fato de que os vigilantes de nossas universidades correm diuturnamente risco à sua integridade física, inclusive podendo pagar com a própria vida na luta por garantir a tranquilidade da comunidade universitária", alerta Zambiasi.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário

A sessão de hoje, não-deliberativa, inicia-se às 14h. Entre os oradores inscritos estão as senadoras Marisa Serrano (PSDB-MG) e Marina Silva (PT-AC).

Isenção de impostos para transporte escolar

Está pronto para ser votado na Comissão de Educação, Cultura e Esporte projeto que isenta os veículos destinados ao transporte escolar do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), da Contribuição para o Programa de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor

Público (PIS/Pasep) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins). A proposta (PLS 240/08), de Alvaro Dias (PSDB-PR), é relatada pelo senador Wellington Salgado (PMDB-MG), favorável à aprovação.

Para que haja a isenção, os veículos deverão ser adquiri-

dos por prefeituras municipais, pelo Distrito Federal ou por profissionais autônomos e suas cooperativas, desde que habilitados para a atividade.

Segundo Alvaro Dias, a educação básica de qualidade requer também adequado transporte escolar, especialmente nas zonas rurais.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko
1º Secretário: Heráclito Fortes
2º Secretário: João Vicente Claudino
3º Secretário: Mão Santa
4º Secretário: Patrícia Saboya
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de sexta-feira do Senado Federal foi presidida por João Ribeiro • Mão Santa • Geraldo Mesquita Júnior

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Elga Mara Teixeira Lopes

Diretora de Jornalismo: Maria da Conceição Lima Alves

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Denise Costa e Moisés de Oliveira

Edição: Maria Lúcia Sigmaringa e Rita Nardelli

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Davi Emerich (61) 3303-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Mikhail Lopes
Diagramação: Henrique Eduardo L. de Araújo e Iracema F. da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes
Tratamento de imagem: Braz Felix, Edmilson Figueiredo, Humberto Souza Lima e Roberto Suguino
Arte: Cirilo Quartim e Oscar
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3303-3332
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br
 Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137
 Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF.
 CEP 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP



Paim quer dedução no Imposto de Renda Pessoa Jurídica

Paim propõe incentivo para manter empregos

Paulo Paim (PT-RS) apresentou projeto de lei para preservar o emprego e o valor da remuneração dos trabalhadores de empresas afetadas pela crise financeira internacional. A estratégia passa pela criação de um incentivo fiscal no âmbito do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e será analisada pelas comissões de Assuntos Sociais (CAS) e de Assuntos Econômicos (CAE), cabendo a esta última a decisão terminativa.

Pela proposta (PLS 40/09), a empresa tributada com base no lucro real que, em função de expressiva diminuição de receita, reduzir a jornada de trabalho de seus empregados terá direito a dedução do IR devido. Mas o benefício só vai valer se a empresa comprovar prejuízos decorrentes da crise financeira global e se a medida não levar ao corte proporcional da remuneração e do número de empregados.

Essa dedução será restrita ao valor da remuneração das horas de trabalho reduzidas e será efetivada a cada período de apuração do imposto devido. O PLS 40/09 proíbe ainda, para fins de apuração do lucro real, a dedução dessa parcela como despesa operacional.

Além dessa vantagem, Paim preocupou-se em assegurar preferência a esses empreendimentos na obtenção de recursos em programas executados por estabelecimentos federais de crédito, especialmente o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

“O presente projeto, ao conceder incentivo fiscal às empresas, pretende beneficiar os setores mais afetados pela crise e, desse modo, preservar milhares de postos de trabalho”, argumenta Paim na justificativa da matéria.

Projeto de lei de conversão que garante mais crédito à construção civil deve ser votado na próxima terça-feira, dia em que serão escolhidos os presidentes das comissões permanentes

Senado vota projeto anticrise e elege presidentes de comissões

A PRÓXIMA SESSÃO deliberativa do Senado – terça-feira, às 14h – tem uma pauta com 60 itens, que começa pelo Projeto de Lei de Conversão (PLV) 31/08. Proveniente da Medida Provisória 445/08, o texto facilita crédito para empresas do ramo da construção civil, com o objetivo de manter esse mercado aquecido e contornar os efeitos da crise financeira internacional. No mesmo dia as comissões permanentes devem reunir-se e eleger seus presidentes.

As sessões de hoje até a sexta-feira desta semana serão não-deliberativas, destinadas somente a pronunciamentos de senadores e comunicados da Mesa.

Além do PLV 31/08, constam da pauta várias propostas de emenda à Constituição (PECs), como duas que acabam com o voto secreto para decisão sobre perda de mandato e uma que institui voto aberto para todas as deliberações do Congresso Nacional. Essas matérias poderão ser examinadas em primeiro turno, assim como a PEC 5/05, que permite aos brasileiros residentes no exterior votar para o cargo de deputado federal, e a PEC 29/03, que institui avaliação de indicadores de responsabilidade social.

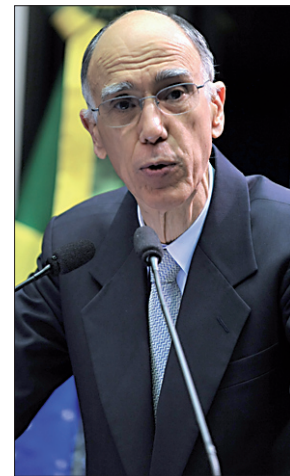
Antes da ordem do dia, devem ser analisados dois requerimentos. O primeiro, do senador Alvaro Dias (PSDB-PR), solicita ao Tribunal de Contas da União (TCU) inspeção e auditoria sobre operação de compra, pelo HSBC Bank do Brasil S.A., de carteira de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e de sua Agência Especial de Financiamento Industrial (Finame), administrada pelo antigo Banco Bamerindus do Brasil S.A. De acordo com o senador, a venda ocorreu sem licitação. O segundo requerimento, de Raimundo Colombo (DEM-SC), solicita ao TCU informações sobre auditorias feitas em obras em Santa Catarina a partir de 2003.

Habitação

O PLV 31/08 dispensa o recolhimento, pela Caixa Econômica Federal, de parte dos dividendos e juros sobre capital próprio, no período de 2008 a 2010. O governo busca assim beneficiar a construção de moradias, facilitando o crédito para capital de giro das empresas da construção civil, segundo o ministro da Fazenda, Guido Mantega. Isso significa uma injeção de recursos para as empresas

do setor, em dificuldades de acesso ao crédito devido à crise econômica global. O texto estabelece que o montante de dividendos e juros que a Caixa dispensará da cobrança será definido pelo ministro da Fazenda, respeitado o recolhimento mínimo de 25% do lucro líquido. Uma das mudanças feitas pela Câmara dos Deputados à medida provisória é a obrigatoriedade de a Caixa informar o total dessas operações de empréstimos na internet, além de encaminhar ao Congresso Nacional relatório semestral sobre as operações contratadas.

Outro item da pauta é o projeto de lei da Câmara 6/07, que trata de feriados forenses da Justiça Federal, incluindo os tribunais superiores. A proposta determina, para efeito forense, além dos domingos e feriados, a suspensão de todos os prazos, audiências e quaisquer outras intercorrências processuais entre 20 de dezembro e 6 de janeiro. O projeto, modificado no Senado, mantém como feriados os dias da Semana Santa; a segunda e a terça-feira de Carnaval; e os dias 11 de agosto, Dia do Jurista; 1º e 2 de novembro, Finados; e acrescenta mais um feriado, dia 8 de dezembro, Dia da Justiça.



Marco Maciel sugere medidas fiscais de solidariedade social

Educação exige redução da desigualdade

A partir das premissas de que a sociedade do futuro é a sociedade do saber pela educação e que o mundo, hoje, está dividido entre os que sabem e os que não sabem, o senador Marco Maciel (DEM-PE) afirmou que os problemas enfrentados pela educação brasileira dizem respeito ao desafio de eliminar os diversos tipos de desigualdade.

Maciel apontou inicialmente as dificuldades do ensino básico no país, caracterizado pelas altas taxas de analfabetismo registradas no país.

– A educação brasileira está diante de um duplo dilema: o quantitativo e o qualitativo, juntos contribuindo para manter e agravar nossos desníveis socioeconômicos – declarou.

Para Marco Maciel, “é menos difícil combater a pobreza que superar as desigualdades”. Nesse quadro, o senador defendeu a conscientização, a participação e a mobilização da sociedade, para aproximar as políticas públicas de ações corretivas e compensatórias das desigualdades.

– Especialmente, adotar medidas fiscais que reforcem os laços de solidariedade social, quer por meio da progressividade tributária, quer por intermédio de uma política de gastos públicos fundada em benefícios comprometidos com a justiça social – sugeriu.

Para atingir essa meta, acrescentou, é preciso investir em três requisitos: manter a estabilidade econômica, intensificar o desenvolvimento e modernizar, por meio de reformas políticas, os mecanismos decisórios do governo, melhorando a eficiência do Estado.



Requerimento do senador Alvaro Dias, que pede ao TCU que analise operação bancária, também está na pauta de votações do Plenário

José Nery sugere comenda por defesa de direitos humanos

Tramita na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) projeto (PRS 62/08) de José Nery (PSOL-PA) com o objetivo de instituir, no Senado, a Comenda Dom Hélder Câmara, destinada a agraciar personalidades que tenham oferecido contribuição relevante à defesa dos direitos humanos no Brasil.

De acordo com a proposta, a comenda será conferida, anualmente, a cinco personalidades com atuação marcante na defesa dos direitos humanos. A homenagem será realizada durante sessão do Senado especialmente convocada para esse fim, no mês de dezembro.

José Nery afirmou, na justificativa do projeto, que dom Hélder Câmara, por suas atividades em defesa dos direitos humanos e pelas denúncias contra a tortura no Brasil durante a ditadura militar, foi indicado para o Prêmio Nobel da Paz em 1972.



Nery propõe condecoração com o nome de dom Hélder Câmara

João Ribeiro saúda liberação de recursos para Lajeado

O anúncio do governo federal de garantir recursos para construção da eclusa do Lajeado foi saudado pelo senador João Ribeiro (PR-TO). A obra, observou, completará o projeto da Usina Hidrelétrica do Lajeado, no rio Tocantins.

Segundo João Ribeiro, a construção da eclusa, apesar de licitada e de já contar com as licenças necessárias, estava paralisada por falta de verbas.

O senador informou que foi anunciada a liberação de R\$ 140 milhões para este ano e de R\$ 30 milhões para 2010. Ao término dos trabalhos, disse, será possível navegar em cerca de 800 quilômetros da hidrovia, favorecendo o escoamento da produção da região próxima à capital do estado. A obra também vai gerar, destacou, 2,5 mil empregos diretos e 12,5 mil indiretos.



Eclusa permitirá a navegação no Tocantins, diz João Ribeiro

“Mas não vamos fazer essas casinhas feias, horrorosas, que, ao invés de nos animar, nos entristecem. Vamos fazer casas boas, vamos colocar energia solar”, diz senador

Crivella pede que lucro do BB seja usado em casa popular

O SENADOR MARCELO Crivella (PRB-RJ) sugeriu que o Banco do Brasil (BB), que teve lucro acumulado em 2008 de R\$ 8,8 bilhões, destine mais recursos para a construção de habitações para a população de baixa renda.

– Não estou aqui para fazer críticas ao Banco do Brasil, e sim fazer um apelo. Nós tivemos um lucro extraordinário nesse banco. Então, vamos aplicar isso num grande programa de habitação. Mas não vamos fazer essas casinhas feias, horrorosas, que, ao invés de nos animarem, nos entristecem. Vamos fazer casas boas, porque temos aqui em abundância tijolo, madeira, cimento, vernizes, tintas, alumínio, borracha. Temos tudo. Vamos fazer casas bonitas; vamos colocar energia solar – sugeriu.

Crivella informou que o lucro líquido do Banco do Brasil chegou a R\$ 2,944 bilhões no quarto trimestre de 2008 – o que significa mais que o dobro do mesmo período de 2007, quando o resultado foi de R\$ 1,2 bilhão. No acumulado do



Marcelo Crivella: “Por que o povo brasileiro ainda mora em assentamentos precários?”

ano, o lucro de R\$ 8,8 bilhões correspondeu a um acréscimo de 74% em relação a 2007.

Mesmo com a situação do sistema financeiro favorável, Crivella lembra que o país enfrenta um déficit de habitações populares.

– Por que o povo brasileiro ainda mora em assentamentos precários, em favelas, em barracos, com suas crianças crescendo com estigma de infe-

rioridade? – perguntou.

Juros

Marcelo Crivella destacou que o Banco do Brasil empresta anualmente cerca de R\$ 250 bilhões, mais do que a Caixa Econômica Federal, que empresta em torno de R\$ 70 bilhões, e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), com R\$ 100 bilhões. Mas os empréstimos feitos pelo BB, destacou o senador, são em sua maioria de curto prazo, no cheque especial ou no cartão de crédito, sempre com juros altos.

– Esperava-se que o Banco do Brasil, um banco nosso, dos brasileiros, desse um exemplo ao mercado, diminuindo o *spread*. Mas não. O Banco do Brasil aumentou o *spread*, nessa fase em que nós todos precisamos relançar nossa economia.

Em aparte, João Ribeiro (PR-TO) sugeriu que as casas populares sejam equipadas com aquecimento solar para a água, o que, afirmou, pode reduzir em 70% os gastos de energia elétrica numa residência.

Mão Santa: parcela de repasse do FPM teve queda acentuada

Prefeitos de todo o país estão recebendo a má notícia de uma queda acentuada no valor da segunda parcela dos repasses do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), disse Mão Santa (PMDB-PI). O senador afirmou que “o governo elevou artificialmente o primeiro repasse, ocorrido no dia 10 de fevereiro, para criar um clima favorável junto aos prefeitos que vieram ao encontro realizado em Brasília, naquela semana”.

O FPM é creditado em três parcelas mensais. De acordo com a assessoria de Mão Santa, a primeira é sempre maior que as duas seguintes, mas a diferença está muito acentuada: os municípios estão recebendo, no máximo, entre 50% e 60% do valor pago no primeiro repasse. Ou seja, segundo o senador, os prefeitos agora “choram” por

terem sido induzidos a erro na programação de gastos, e poderão enfrentar problemas para repassar os recursos obrigatórios para as câmaras municipais. De acordo com Mão Santa, o encontro de prefeitos teve cunho eleitoral e o repasse do IPI entrou “na festa, na farra”.

Para o senador, os fatos estão desmoralizando o Tribunal Superior Eleitoral. Ele afirmou que prefeitos petistas do Piauí respondem a processos, mas “o PT abafa”, enquanto o TSE tira mandatos de prefeitos e governadores “honrados”.

Mão Santa citou reportagens do jornal *Correio Braziliense* para reforçar críticas ao governo piauiense, comandado pelo PT. Uma traria o nome do governador em escutas da Polícia Federal relativas a empresas envolvidas em superfaturamento de obras



Governo “inflou” o primeiro repasse para iludir prefeitos, afirma Mão Santa

públicas. Outra aborda a área de saneamento dos estados diante das Metas do Milênio. afirmou que o Piauí está “no último lugar, com 29,85% de seus domicílios sem esgotamento e 45,86% sem coleta de lixo”. Mão Santa culpou ainda o governo pelo fechamento de dois grandes hotéis turísticos no estado, deixados sem incentivos criados em administrações anteriores.

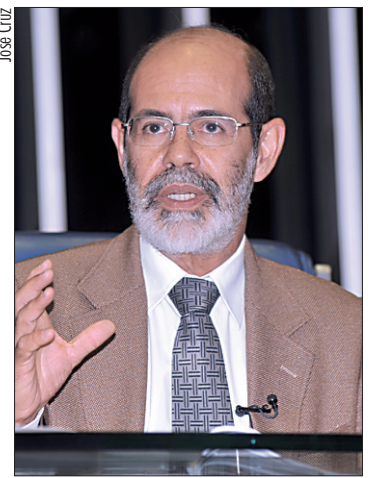
Mesquita Júnior diz que álcool em excesso estimula violência

A preocupação com o consumo de bebidas alcoólicas não se restringe ao trânsito, afirmou Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC), citando a manchete do jornal *Correio Braziliense* da última sexta-feira: “Bebedeira estimula surtos de violência”.

De acordo com o jornal, um levantamento da Polícia Civil do Distrito Federal, realizado a partir de boletins de ocorrência feitos em 2008 nas delegacias da região, indica que “grande parte das agressões, homicídios e estupros tiveram como autores pessoas que haviam bebido antes de cometer o crime”.

O senador ainda defendeu um projeto de lei de sua autoria que proíbe a propaganda de bebidas alcoólicas no rádio e na televisão. Atualmente, essa proposta (PLS 182/03) tramita em conjunto com outras 12 matérias que tratam de assuntos correlatos na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT). Ele ressaltou que apresentou um requerimento à Mesa no qual solicita que seu projeto possa tramitar de forma autônoma, desvinculado dos outros 12, e seja encaminhado ao Plenário.

– Há uma tese defendida



Mesquita Júnior: “É mentira dizer que propaganda não estimula o consumo”

pelos fabricantes de cerveja de que a propaganda de bebida não induz ao consumo. Digo aqui, sem pestanejar, que isso é uma grande mentira. Eles dizem que a propaganda apenas estimula a concorrência entre os fabricantes de bebida. Isso não é verdade! A propaganda estimula o consumo; a propaganda atrai, por gravidade, a nossa juventude. O Senado não pode passar mais um ano sem se pronunciar sobre essa questão – afirmou.

O senador fez ainda um apelo para que os motoristas não consumam bebidas alcoólicas antes de dirigir.

Regimento pode restringir as sessões de homenagem

A Comissão Especial de Reforma do Regimento Interno do Senado Federal deve se reunir novamente no próximo dia 3 de março, terça-feira, para debater propostas visando maior agilidade e modernização do processo legislativo. Presidida pelo senador Marco Maciel (DEM-PE), a comissão apresentará projeto de resolução que altera, entre outras questões, os mecanismos de uso da palavra pelos senadores em Plenário.

Na última reunião, ocorrida no dia 18, o senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) defendeu a adoção de restrições ao pagamento de ajuda de custo aos parlamentares por ocasião da eleição da Mesa do Senado. O representante do PSB disse ter-se inspirado em decisão da Câmara dos Deputados.

A comissão também está analisando a possibilidade de limitar o número de sessões especiais.



Jarbas quer proibir sessões de homenagem em julho e dezembro

Há propostas para que sejam realizadas no máximo quatro sessões por mês. Sugestão contida em projeto de resolução (PRS 03/09) do senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) proíbe as referidas sessões nos meses de julho e dezembro, véspera do recesso parlamentar.

Simon sugere que Congresso promova amplo debate sobre corrupção



Pedro Simon: políticos corruptos não são punidos pela Justiça

Pedro Simon (PMDB-RS) sugeriu em Plenário que o Congresso Nacional aproveite as declarações do senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) à revista *Veja* sobre corrupção no PMDB para promover um debate sobre o tema. Simon disse que foi mal interpretado pela imprensa quando afirmou que “o PMDB não é mais corrupto do que o PT ou o PSDB”.

O parlamentar explicou que sua intenção era discutir a corrupção a fim de que seja possível a apresentação de projetos e

programas de governo para combatê-la.

Simon também informou que a revista *Veja* publicaria no último fim de semana matéria intitulada “Basta de folia com o dinheiro público”, que questiona a legalidade do patrimônio de alguns políticos do PMDB. Ele prometeu fazer pronunciamento esta semana para comentar a reportagem.

O senador observou que tem criticado o PMDB muito antes do que Jarbas Vasconcelos, pois há 20 anos sobe à tribuna para

“lavar a roupa suja”, porque dentro do partido, conforme revelou, não lhe permitem fazê-lo. Durante todos esses anos em que está no Congresso, disse, sempre cobrou decência de seu partido.

– Então, será que alguém pode imaginar que estou aqui dizendo que o MDB [PMDB] é corrupto, mas, tudo bem porque os outros também são? Respeitem-me. Respeitem minha história e minha biografia – enfatizou Simon.

O parlamentar gaúcho afir-

mou que a corrupção acontece porque os políticos envolvidos com atos ilegais não são punidos pela Justiça. Em sua opinião, os processos referentes a homens públicos corruptos devem ser julgados com prioridade.

Simon lembrou que apresentou proposta de emenda à Constituição incluindo a reputação ilibada como condição para a candidatura a cargo eletivo (PEC 2/08). A matéria encontra-se na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), aguardando a designação do relator.